

Resumo: O autor começa contextualizando o início do Concílio na Igreja local, no caso, em Santa Catarina, cuja primeira diocese data de 1908. Quanto ao próprio Concílio, destaca sua consistência, abrangência, coerência, e suas grandes intenções, a começar da eclesiologia do “povo de Deus”. Mostra como o Concílio foi um momento de grande prática eclesial, mas não deixou de ter os seus limites, inclusive por causa das resistências enfrentadas. Comenta os “percalços na recepção do Concílio”, os “retrocessos” acontecidos, os valores a resgatar, os avanços produzidos, os desafios a enfrentar. Quanto aos “frutos” do Concílio, classifica-os de exuberantes, embora não sejam percebidos como tais pelas novas gerações.

Abstract: *At the beginning of his exposé, the author focuses on the context of the Council drawing attention to the local Church in the State of Santa Catarina, in Brazil,, whose first diocese was established in 1908. As for the Council itself emphasis is placed on its major objectives and most of all the ecclesiology of the “People of God”. Similarly, the Council stands out due to its focus on the practice of faith in the Church, not to mention its limitations caused by resistance felt in some areas. A special comment on the “restrictions at the reception of the Council” as well as “retrogressions” in the pursuit of its goals, as opposed to the values newly discovered, the fostering of new aims to be achieved and challenges to be put into practice. As regards the “fruits” of the Council mention is made of exuberant perspectives although they are not perceived as such by the new generations.*

O Concílio Vaticano II visto a partir do jubileu dos seus 50 anos

*Demétrio Valentini**

* O autor é Bispo da diocese de Jales, SP. Na CNBB, é o Presidente do SPM, Serviço Pastoral dos Migrantes, e é o Bispo responsável pela Pastoral da Mulher Marginalizada.



Introdução

O convite para falar do Concílio neste Congresso Teológico do ITESC, em Florianópolis, chega dentro de uma seqüência de reflexões, nas quais me vi envolvido há mais de um ano, atendendo a pedidos semelhantes, em diversas partes do Brasil e da América Latina. Pensei que não era o caso de repetir aqui algumas das reflexões já feitas em outros lugares e circunstâncias. Na proximidade da celebração do Jubileu da abertura do Concílio, a 11 de outubro, me sinto mais animado a olhar para este grande Concílio a partir das observações proporcionadas pela série de encontros já feitos. Preferi então organizar a reflexão de hoje a partir do “observatório conciliar” que a celebração do jubileu está proporcionando. Assim fazendo, me parece estar revivendo o relato bíblico dos observadores enviados para conferir a “terra prometida”. Eles já traziam exuberantes frutos, prova de grande fertilidade. Vale dizer, a celebração do jubileu já está produzindo bons frutos, e isto me parece um “fato relevante”, que comprova de maneira inequívoca a fertilidade eclesial do Vaticano II.

No Brasil já pude fazer esta constatação em diversos lugares, a começar lá pelo Maranhão, seguindo para Belém do Pará, passando por Recife, indo até Porto Alegre, em Campinas, e com mais freqüência lá por perto de Jales, nas dioceses da Província de Ribeirão Preto. O último encontro foi o agradável convívio de três dias de estudo sobre o Concílio na Diocese de Rio do Sul, nesta “Bela e Santa Catarina”. Em todos os lugares, sempre procurei vincular o processo conciliar, com a caminhada de cada “Igreja Local”. Para ver como o Concílio incidiu sobre nossa realidade eclesial, e para nos apropriarmos do processo conciliar, para que ele continue incidindo positivamente em nossa vida de Igreja, com os valores que ele despertou.

Sempre é importante olhar o concílio, não como um fato isolado e fora da dinâmica eclesial. Mas ao contrário, entendê-lo como um momento forte de eclesialidade, que tivemos a graça de viver em nosso tempo. Daí resulta uma constatação interessante e valiosa. O Concílio serve de boa referência comum, para avaliar nossa caminhada pastoral, fortalecer nossa identidade eclesial, tendo o Concílio como parâmetro dinâmico e desafiador. Ter o Concílio como referência para nossa caminhada de Igreja, eis uma boa proposta que o jubileu está incentivando.



Nesse sentido, é salutar situar a história de nossas dioceses no contexto da história maior da caminhada da Igreja, em nossa região, em nosso país, na América Latina, e também no contexto universal.

Eclesilogênese em Santa Catarina

Na semana passada, em Rio do Sul, pudemos lançar um breve olhar sobre a “eclesilogênese” da Igreja de Santa Catarina. As datas são muito interessantes. A Diocese de Florianópolis foi criada em 1908, um ano muito fecundo para a implantação das estruturas eclesiais em nosso país. Neste mesmo ano em no Estado de São Paulo foram criadas cinco dioceses: Campinas, Ribeirão Preto, Botucatu, São Carlos e Taubaté, passando São Paulo a arquidiocese.

A criação dessas dioceses em 1908 já era uma demonstração de como tinha sido salutar a separação entre Igreja e Estado, com a Proclamação da República. Até o final do Império só havia no Brasil onze dioceses, espalhadas pelo imenso território brasileiro, nesta ordem de sua criação: Salvador em 1551, Rio de Janeiro em 1575, Olinda/Recife e São Luís do Maranhão em 1614, Belém do Pará (1719), São Paulo, Mariana, Goiás e Cuiabá (1745) Porto Alegre (1848) e Fortaleza (1854). Depois da República, já em 1892 foi criada a Diocese de Manaus, e em seguida, em 1895 da Diocese de São Paulo foi desmembrada a diocese de Curitiba, da qual se desmembraria Florianópolis em 1908.

Aí já estamos chegando em casa! Mas antes de conferir a criação das Dioceses de Santa Catarina, me permito assinalar como dá para sentir-nos participantes da mesma caminhada de Igreja no Brasil, constatando, por exemplo, o “parentesco eclesial” entre Florianópolis e Jales, nem que seja um parentesco de segundo ou terceiro grau! Pois o mesmo impulso que levou à expansão das estruturas eclesiais em 1908, com a criação de várias dioceses no Brasil, entre elas Florianópolis, repicou 50 anos depois, na celebração do jubileu de ouro dessas dioceses, levando à criação de muitas outras dioceses nos arredores de 1958, entre as quais Jales! Pronto, está comprovado o parentesco. Coisa, aliás, que seria bom cultivar, numa época como a nossa, de crise de identidade e de fragmentação da realidade eclesial. Em nossas diferenciações, formamos a mesma Igreja, e isto deve servir de motivação e de brio eclesial.

Mas, vamos agora conferir as Dioceses de Santa Catarina, na ordem de sua criação.



Florianópolis em 1908, Lages e Joinville em 1927, Tubarão em 1954, Chapecó em 1958, Rio do Sul e Caçador em 1968, Joaçaba em 1975, Criciúma em 1998, e Blumenau em 2000.

Uma constatação importante a ter presente é, certamente esta: o concílio aconteceu numa época de intenso crescimento eclesial em nosso país, que em cento e poucos anos passou de onze dioceses às duzentas e setenta e seis que existem agora. Certamente o panorama eclesial seria bem diferente se não tivesse havido o Concílio, com seu grande impulso de renovação eclesial! Quantos assuntos mereceriam mais reflexão, ao olhar para o Concílio à distância de 50 anos de sua realização!

Bem introduzidos, vamos às constatações.

1 Vaticano Segundo: um grande concílio!

Esta constatação vai emergindo com sempre maior clareza: o Vaticano II foi um grande concílio ecumênico, que não fica devendo em importância a nenhum outro dos 21 concílios ecumênicos já acontecidos. Em nossa época, tivemos um respeitável concílio, cujos desdobramentos não se esgotam tão rapidamente. Sua grandeza pode ser percebida de diversos ângulos.

1.1 Sua consistência:

O Vaticano II teve como seu tema central a **IGREJA**, na sua natureza e na sua missão. Um tema forte, oportuno, decisivo. Na história da Igreja, o Vaticano Segundo vai ficar marcado para sempre como o concílio “eclesiológico”, que abordou a Igreja, de maneira profunda e exaustiva.

1.2 Sua abrangência

O Vaticano II abordou o seu tema central de **maneira ampla e diversificada**, flagrando a realidade da Igreja em seus diversos ângulos e diferentes situações. Descreveu a Igreja na totalidade de sua natureza, mas também na sua missão, e a partir dos diversos sujeitos eclesiais, e confrontando a Igreja com o contexto humano em que ela vive e cumpre sua missão.



Foi muito **abrangente** na maneira de analisar e definir a Igreja de Cristo.

1.3 Sua pertinência:

Foi muito **oportuno** que o Concílio tivesse abordado em profundidade o tema da Igreja. Depois de dois mil anos de caminhada, estava mais do que na hora da Igreja parar um pouco, para se analisar e avaliar, à luz dos critérios que permanecem sempre como referência indispensável: o retorno às fontes, o Evangelho de Cristo e o testemunho eclesial da Igreja Primitiva.

Foi **providencial** que o Concílio tivesse abordado o tema Igreja, mesmo sem ainda assimilar bem todas as dimensões apontadas pelo Concílio.

1.4 Sua coerência:

Os diversos documentos conciliares se complementam mutuamente. Eles formam uma verdadeira constelação, ao redor da *Lumen Gentium*, o seu documento central. De fato, dá para arquitetar uma verdadeira “**constelação solar**” ao redor da *Lumen Gentium*, colocando próximas a ela as outras três “**constituições**”, em seguida os nove “**decretos**” e depois as três “**declarações**”.

Todos estes documentos tem um elo comum, a uni-los e situá-los: a Igreja de Cristo, sua constituição fundamental como “povo de Deus”, sua missão neste mundo, na sua tarefa de evangelização e sua presença solidária na sociedade. E’ sempre um bom exercício, sem ter os textos na mão, ir colocando todos os documentos conciliares ao redor da *Lumen Gentium*. O concílio se manteve muito coerente na elaboração dos seus documentos.

1.5 A qualificação dos seus documentos

O concílio foi muito consistente **doutrinalmente**, e muito rico **pastoralmente**. Não se sustenta a afirmação de que este concílio só foi uma reunião pastoral, sem a intenção de propor verdades doutrinárias.



O fato de ter sido muito pastoral, a ponto de ter elaborado até uma “constituição pastoral”, não quer dizer que ele não tenha sido doutrinal. Basta conferir como abordou teologicamente o mistério da Igreja.

2 As grandes intuições do Concílio

No conjunto em que resultou o concílio, é possível destacar algumas grandes intuições, tanto de ordem doutrinal, como de ordem pastoral.

De ordem dogmática se destacam a visão da Igreja como “**Povo de Deus**”, e a afirmação clara, firme e bem dimensionada da **Colegialidade Episcopal**, com as muitas decorrências que procedem destas duas afirmações.

Algumas **intuições** de ordem pastoral são muito fecundas. Por exemplo, a **dimensão histórica da Igreja**, decorrente de sua condição de “povo de Deus”. É sempre oportuno ter presente esta dimensão da Igreja, tanto para relativizar algumas situações vividas pela Igreja ao longo de sua caminhada, como para valorizar a inserção na história, que a Igreja sempre precisa cultivar, para ter consistência, e poder influenciar positivamente a realidade onde ela vive.

Outra preciosa intuição do Concílio consiste na valorização das “**Igrejas Locais**”, que continuam sendo referência indispensável para situar a eclesialidade de todos os que pretendem se identificar com a Igreja de Cristo. As “dioceses” serão sempre parâmetro para as antigas, como para as novas expressões eclesiais.

Outra intuição decorrente da visão de “Igreja povo” e de “Igrejas locais” é a importância das **comunidades**, como realizações concretas da Igreja, e como expressão de comunhão eclesial e de inserção na realidade.

3 O Concílio: momento de intensa prática eclesial

Outra salutar constatação vai no sentido de entender o Concílio não como um hiato na caminhada da Igreja, ou um acidente de percurso, ou como um evento fora da dinâmica eclesial. Ao contrário, o Concílio foi um momento de intensa vivência eclesial, em **continuidade** com a caminhada que a Igreja vinha fazendo. Em grande parte, o Concílio



foi fruto da vitalidade da Igreja, que se expressava através de diversos **movimentos pastorais**, que foram renovando sua vitalidade.

Podemos citar alguns deles, com emblemáticos desta vitalidade da Igreja. O **movimento litúrgico**, que forneceu à reforma litúrgica preciosa contribuição. E assim outros movimentos, como o **movimento bíblico, ecumênico, o despertar missionário** da Igreja da Europa, voltado especialmente para a África. O próprio Padre Ângelo Roncalli, futuro João 23, abriu caminho para a sua projeção pessoal por seu engajamento nas “obras missionárias” de sua diocese de Bérghamo.

O concílio não ignorou os movimentos que o precederam. Tornou-se **estuário**, onde eles puderam desembocar, possibilitando sua realização mais eficaz. Como exemplo mais emblemático podemos citar o movimento litúrgico. O Concílio possibilitou concretizar as propostas do movimento litúrgico, que antes eram apenas sonhos para um futuro ainda incerto. Com o concílio, soou a hora da graça para estes movimentos, que assim puderam se enraizar melhor na Igreja, e serem hoje nela integrados tranquilamente.

4 O Concílio como processo desencadeado

A visão do concílio como momento de vivência eclesial, nos permite compreender melhor sua **dinâmica**, e seu alcance, como um **processo**, desencadeado a partir da própria Igreja, que ainda continua. Com isto, se confirma a visão do Concílio a partir da “**hermenêutica da continuidade**”, como insiste Bento XVI. Como processo, se compreende melhor o alcance de algumas referências que o Concílio colocou, e que permanecerão sempre como estímulo para a Igreja buscar nelas sua inspiração.

Tomemos como exemplo o “sonho de Igreja”, que João 23 apresentou no discurso de abertura do Concílio, no dia 11 de outubro de 1962. Uma Igreja chamada a ser “Mãe amorosa de todos, paciente, benigna, cheia de misericórdia e de bondade para com todos, também para com aqueles que dela se afastaram”. O Concílio propôs um ideal de Igreja, que precisa sempre ser buscado e colocado como referência.



5 Os limites do Concílio

Seria ingenuidade não constatar limites concretos enfrentados por este Concílio. A Igreja vinha de um longo período de estagnação de suas estruturas. Havia uma predisposição para rejeitar o processo de mudanças que o Concílio propunha. Paradigma desta estagnação era a rigidez com que se lidava com a liturgia, que estava “congelada” deste os tempos de Pio V, no século 16.

Os “padres conciliares” mais lúcidos, logo se deram conta que o Concílio tinha que ser “moderado nas propostas”, na recomendação do Papa João 23. Era preciso ir de vagar, para deixar as “portas abertas” para dar outros passos, quando as circunstâncias permitissem. Portanto, o trabalho conciliar era monitorado de perto pela mentalidade conservadora, que só aos poucos foi se abrindo, ao longo do processo conciliar.

Havia também a percepção de que alguns temas eram “improníveis” para o concílio, pois iriam suscitar discórdia e dissolução da maioria conseguida em plenário pela postura de moderação e de bom senso dos presidentes das comissões. Este senso dos limites do concílio foi demonstrado claramente por Paulo VI, quando o bispo de Lins, D. Pedro Paulo Koop, apresentou a proposta de ordenação dos “*virii probati*”. Paulo VI logo reagiu, tirando estes assunto da pauta do Concílio. Não é que Paulo VI era contra o teor da proposta. Mas ele não queria que este tema implodisse o concílio.

Portanto, este foi um concílio feito com o entusiasmo pela renovação da Igreja, suscitado por João 23, mas que se defrontava com limites bem concretos. Nesse sentido, dá para dizer que o Vaticano II foi generoso nas intenções, mas tímido nas decisões. Este me parece ser um referencial muito prático para avaliar todo o processo conciliar.

6 As resistências enfrentadas

Desde o início do seu processo, o Vaticano II experimentou resistências. O próprio João 23 testemunhava que no dia do anúncio do concílio, a cara de alguns cardeais demonstrava bastante ceticismo diante da proposta de um concílio ecumênico que ele acabava de anunciar.

Estas resistências encontraram diversas formas e oportunidades para se manifestar. Uma delas, bem explícita, foi a manobra preparada pela Cúria Romana para a eleição dos membros das Comissões Conci-



liares, na primeira sessão de trabalho. Como cada bispo devia indicar 16 membros para cada uma das dez comissões, prevendo a dificuldade que isto representava, a Cúria preparou uma lista já pronta, colocada à disposição de cada bispo. Era claro o objetivo de manipular o concílio, pela composição conservadora das comissões.

Outras resistências procediam da longa oposição ao modernismo, que vinha sendo incentivada há tempo na Igreja. Tudo o que se parecesse como uma concessão à modernidade, era visto em princípio como suspeito. As resistências específicas contra a dinâmica e o conteúdo do Concílio se articularam em forma de um grupo de bispos, identificados como “*coetus internationalis patrum*”, (grupo internacional de “padres”).

Este grupo de bispos, à cuja frente estava Mons. Marcel Lefebvre, sistematizou uma resistência às posições majoritárias do Concílio, ao longo de todo o período conciliar, e depois do concílio endureceu ainda mais suas posições. De modo que também este concílio, proposto com tanta abertura de espírito por João 23, enfrentou sérias resistências, que acabaram se concretizando num cisma, que a duras penas o atual Papa tenta agora dissolver, através de um difícil diálogo que é levado adiante com muita paciência por parte de Bento XVI.

7 Percalços na recepção do Concílio

A Igreja da América Latina deu um bonito exemplo de acolhida pronta e generosa do Concílio. Antes que terminasse o Concílio, D. Helder e Dom Larrain, Presidente do Celam, tinham proposto ao Papa Paulo VI uma espécie de “concílio para a América Latina”, para adaptar à nossa realidade as grandes orientações do Vaticano II. Assim é que apenas três anos depois de encerrado o Concílio, aconteceu a Conferência de Medellín, que tinha o propósito de trazer a dinâmica do Concílio para dentro da caminhada da Igreja da América Latina.

Se compararmos com o Vaticano Primeiro, constatamos a grande diferença. Só em 1999, trinta anos depois do Vaticano Primeiro, foi realizado o “Concílio Plenário Latino Americano”, com a intenção de aplicar à América Latina as rígidas disposições disciplinares decorrentes daquele Concílio. Ao passo que, três anos depois de concluído o Vaticano II, com a Conferência de Medellín a Igreja da América Latina se sentia profundamente envolvida com as propostas de renovação eclesial apresentadas pelo Vaticano II.



Mas é forçoso constatar que houve muitos atropelos na recepção do Concílio. Muitas vezes não se respeitava a mentalidade das pessoas, que se sentiam desestabilizadas interiormente, e inseguras no seu procedimento. Estes atropelos, com freqüência, se traduziam em abandono do próprio estado de vida, sobretudo em desistências de padres, de religiosos e religiosas.

Durante o Concílio, os próprios bispos experimentaram uma abertura progressiva de sua mentalidade. Mas na aplicação do Concílio era mais difícil seguir as boas recomendações de João 23, de manter a “serenidade de espírito, a concórdia fraterna, a moderação nas propostas, a dignidade das discussões, e a prudência nas decisões”. Se fôssemos fazer tudo de novo, com certeza algumas coisas poderiam ser feitas com mais prudência e menos atropelo das mentalidades.

8 Retrocessos acontecidos

É bom também constatar que houve alguns retrocessos ao longo da aplicação do Concílio. A clara afirmação da Colegialidade Episcopal, tinha despertado a esperança de que ela seria usada como suporte sólido, tranqüilo e seguro, para uma prática eclesial de maior descentralização da Igreja, sob a responsabilidade das Conferências Episcopais.

Mas, quase ao contrário, as Conferências Episcopais foram se tornando instrumento usado para a “formatação uniforme da Igreja”. Elas poderiam se tornar referências seguras que permitissem à Igreja acolher em seu seio expressões eclesiais diversificadas, que poderiam manter suas características, em plena comunhão eclesial.

O potencial eclesial da Colegialidade Episcopal ainda não está sendo devidamente valorizado. Este potencial permitiria uma autonomia maior das dioceses, para decidirem o que fosse mais conveniente para a sua dinâmica pastoral, e sua responsabilidade eclesial.

E assim daria para acenar para outros retrocessos. Na importância dada às comunidades eclesiais, na reflexão teológica que sempre precisa acompanhar o processo eclesial, dando-lhe segurança e consistência. Outros retrocessos podem ser identificados nos campos específicos de cada decreto conciliar.



9 Valores a resgatar

Passados 50 anos do Concílio, não é tão difícil perceber que sua riqueza não se esgotou, e pode ainda ser recuperada. Existem valores a resgatar. Dá citar os mais consistentes:

- a visão da Igreja como “Povo de Deus” resgatando sua dimensão bíblica e histórica.
- a Colegialidade Episcopal, como suporte simultâneo para a comunhão e a diversidade eclesial.
- a valorização das Dioceses como “Igrejas locais” servindo de referência eclesial indispensável.
- a importância das “comunidades eclesiais”, com seus diversos formatos sociológicos, mas sendo concretizações da Igreja, inseridas na realidade, como fermento evangélico na sociedade.
- a reflexão teológica, como parte integrante do processo eclesial, com a missão de dar segurança e consistência à prática eclesial.

10 Avanços produzidos

Ao lado de retrocessos, é importante constatar significativos avanços na caminhada da Igreja a partir do Concílio. Foi para garantir o processo conciliar que Paulo VI instituiu o “**sínodo dos bispos**”, uma espécie de “mini concílio” a se realizar periodicamente, ou de maneira especial para atender a situações localizadas. Os “sínodos” poderiam ser mais eficazes se fossem deliberativos. Mas assim mesmo, produziram avanços significativos na caminhada da Igreja em nosso tempo.

Olhando a trajetória da Igreja nestes últimos 50 anos, dá para identificar algumas ênfases, que foram despertando a Igreja para dimensões importantes. A primeira destas ênfases emergiu com força no tempo do Concílio, na forma do “aggiornamento” da Igreja, proposto por João 23. A primeira ênfase, portanto, foi a “RENOVAÇÃO”.

Com o sínodo de 74, sobre a Evangelização, se firmou outra ênfase que motivou muito a caminhada da Igreja, em forma de “EVANGELIZAÇÃO”. Desde aquele sínodo, até hoje, a palavra que encabeça o “objetivo geral” da CNBB é sempre a mesma: “evangelizar”. Outra ênfase pode ser identificada a partir da encíclica de João Paulo II, a “*Redemptoris Missio*”, onde ficou destacada a razão de ser da Igreja, que é a MISSÃO



que ela tem a cumprir. A Conferência de Aparecida, de certa maneira, retomou estas ênfases, identificando-as de modo operativo em forma de “discípulos (e) missionários” de Jesus Cristo.

Em todo o caso, com o Concílio, a Igreja não estagnou sua caminhada. Ao contrário, a retomou, com novas motivações.

11 Continuidade do processo

As reflexões sobre o Concílio fazem emergir esta outra constatação importante: ele não foi um fato isolado, mas um processo desencadeado, que pode sempre retomar vigor.

Daria para dizer que o Concílio despertou a “conciliariedade” da Igreja, como uma dinâmica que pode ser acionada de acordo com as circunstâncias históricas. Tanto que, a rigor, fica relativizada a questão se teremos ou não um outro concílio. Sem negar a possibilidade, e a conveniência, de um novo concílio, podemos com segurança levar em frente o processo desencadeado pelo Vaticano II.

12 Desafios pela frente

Um concílio como este coloca evidentes desafios. Seja para implementar suas recomendações, como para retomar as suas grandes inspirações. Tomemos, por exemplo, a generosa proposta de renovar a Igreja de Cristo, para que possa cumprir sua missão de evangelizar a humanidade de hoje. Como podemos empreender, de novo, um impulso renovador, que supere as resistências que até agora impediram uma renovação mais adequada e consistente da Igreja? Ou o desafio da liturgia: como melhorar nossas celebrações, valorizando os passos dados, justificando-os diante de quem os contesta e acha que se deve retroceder?

É normal que um grande concílio deixe grandes desafios a enfrentar.

12 Frutos do concílio

Este é um capítulo fácil, e exuberante. Quantos frutos podemos colher, agora, em decorrência do impulso positivo do Concílio.



Acontece que as novas gerações nem se dão conta das grandes mudanças ocorridas, e de quanto foram benéficas. Sem nos dar conta, respiramos as grandes mudanças trazidas pelo concílio. Não faz mal, de vez em quando, recordá-las, para constatar quanto foram diversas e profundas.

13 Ponderações finais

O Concílio não foi um meteoro, que só passou perto do planeta, e na medida que se afasta vai perdendo luminosidade. Ao contrário, o jubileu está mostrando que, quanto mais os anos passam, mais nos damos conta da grandeza desse acontecimento, que ainda permanece atual.

Depende de como nos posicionamos diante dele. O concílio pode ser uma graça desperdiçada, ou uma oportunidade valorizada.

A celebração do jubileu está mostrando claramente que podemos fazer do Concílio uma grande oportunidade de renovação da Igreja, e de profundo envolvimento pessoal com suas causas. Depende de nós!

Endereço do Autor:

Rua Vinte, 3061

CEP 15700-000 Jales, SP

Email: domdemetrio@melfinet.com.br